

1 TRANSCRIÇÃO DA 16ª REUNIÃO  
2 EXTRAORDINÁRIA DO CEMA –  
3 CONSELHO ESTADUAL DE MEIO  
4 AMBIENTE, REALIZADA NO DIA 27 DE  
5 OUTUBRO DE 2009, PRESIDIDA PELO  
6 SR. RASCA RODRIGUES -  
7 SECRETÁRIO DE ESTADO DE MEIO  
8 AMBIENTE, E SECRETARIADA PELO  
9 SR. PAULO ROBERTO CASTELLA -  
10 SECRETÁRIO EXECUTIVO.

11 O Sr. Rasca Rodrigues:- Boa tarde a todos. Já temos quórum, então vamos  
12 submeter a pauta à apreciação dos presentes: I) Verificação de quórum; II)  
13 Inscrições para a tribuna livre; III) Ordem do dia: a) Projeto de Lei “Prestador de  
14 serviços ambientais” - Deputado Estadual Elton Welter; b) Proposta de Projeto de  
15 Lei “Institui a Política Estadual sobre mudança do clima”, apresentação,  
16 apreciação e deliberação; c) Discussão e aprovação da Resolução 71/2009 -  
17 Cema; IV) Informes; V) Tribuna Livre; VI) Assuntos Gerais; VII) Encerramento.  
18 Alguma proposta de inversão ou inclusão de pauta? Não, então vamos continuar.  
19 Inscrições para Tribuna Livre. João Batista. Mais alguém?

20 O Projeto de Lei “Prestador de serviços ambientais” do Deputado Estadual  
21 Elton Welter, ele não virá, portanto, não será apresentado.

22 Proposta de Lei que institui a política estadual sobre a mudança do clima,  
23 apresentação, apreciação e deliberação. Então, passamos a palavra a Chang.

24 A Sra. Manyu Chang:- Boa-tarde. É um prazer enorme estar aqui com  
25 vocês. É uma satisfação ver as instâncias coletivas que participam o Cema, que é  
26 coordenado pela Sema, pela interface entre si.

27 Sou a Secretária Executiva do Fórum Paranaense de Mudanças Climáticas  
28 Globais. Hoje estamos apresentando para o Conselho uma proposta de lei de  
29 mudanças climáticas para o Estado do Paraná. Vou dar um contexto geral, como  
30 está sendo discutido a questão de mudanças climáticas, principalmente frente à  
31 Conferência de Mudanças Climáticas, a COPE-15, para dar um contexto de o  
32 porquê os estados estão discutindo as suas respectivas leis. E depois a Heloisa,  
33 da Procuradoria Geral do Estado, é coordenadora da Câmara Temática de Política  
34 Estadual de Mudanças Climáticas dentro do fórum. Ela vai apresentar melhor o  
35 conteúdo da lei em si e depois gostaríamos de colher algumas sugestões, dentro  
36 do possível, alguma discussão e após vocês podem nos encaminhar as

37 sugestões, aí depois de pensar com um pouco mais de calma, porque fazer uma  
38 compilação geral. Depois vamos fazer outras consultas, uma na Assembléia  
39 Legislativa para depois encaminhar ao governador.

40 Em nível de institucionalização, em nível do Governo Federal, sobre a  
41 questão de mudanças climáticas só vou apontar as principais instituições que  
42 foram criadas. Desde 1991 a discussão das mudanças climáticas começou no  
43 Ministério de Ciência e Tecnologia criando essa unidade de mudanças climáticas,  
44 depois foi criada a Comissão Interministerial que trata principalmente do projeto do  
45 MDL. Já no ano seguinte foi criado o Fórum Brasileiro de Mudanças Climáticas o  
46 qual fazemos parte, e, ao longo de 2005, até hoje ainda continuam instalando os  
47 fóruns estaduais. Em 2007 foi criada a Comissão Mista que hoje se transformou  
48 numa Comissão Mista Permanente, dada à importância estratégica da questão de  
49 mudanças climáticas. No mesmo ano foi criada a Secretaria Nacional de  
50 Mudanças Climáticas e em 2007 a Conferência do Meio Ambiente tratou da  
51 questão de mudanças climáticas e, no final do ano, de 2007 foi criada o Comitê.  
52 Esse Comitê tem a incumbência de criar a Lei Nacional de Mudanças Climáticas e  
53 Plano Nacional de Mudanças Climáticas. Ambos foram discutidos, a lei se  
54 encontra no Congresso e o Plano já foi aprovado - estão em cima da mesa aqui  
55 alguns exemplares para os interessados – e foi criado, ainda este ano, o que se  
56 chama de IPCC Brasil – Painel Brasileiro de Mudanças Climáticas para ajudar a  
57 pesquisar sobre a questão de mudanças climáticas e depois temos o que se  
58 chama de Diálogos Setoriais que é uma consulta.

59 O que estamos fazendo com vocês, com o Cema, é uma consulta.  
60 Qualquer tema discutido ali em nível nacional, principalmente o que é levado para  
61 as conferências fora do Brasil, é feito consultas exaustivamente para depois ser  
62 defendida como uma única posição fora do Brasil.

63 Só queria dar uma idéia, quais os pontos mais candentes da COP-15 que  
64 vai ser em dezembro agora. Primeira é a meta de redução. Está na mesa para  
65 discutir qual a meta de redução dos países desenvolvidos. Tem uma proposta das  
66 Nações Unidas que são em torno de 40%, 50% até 2020. Se isso vai se dar ou  
67 não depende muito da correlação de forças do momento. Uma outra questão que  
68 vai ser muito discutida que se chama REDD – Redução do Desmatamento e  
69 Degradação, e utilizar esse recurso como também fonte para crédito do carbono.  
70 E para consultar o que cada setor pensa, veja que vocês aqui estão  
71 representando cada setor, ONG's, o Governo, cada setor, cada entidade pensa de  
72 forma um pouco diferente. Então o fórum brasileiro fez o papel de consultar este

73 setor.

74 Quero destacar a proposta do Ministério de Meio Ambiente, fiquei surpresa  
75 com a proposta ousada, porque ele propôs, em nível de redução global, que em  
76 2020 voltar para o nível de 2005 e que em 2050 fosse 50% do nível de 1990. Essa  
77 é a proposta do Ministério de Meio Ambiente. Uma coisa é o Fórum das ONG's  
78 proporem uma coisa mais ousada, mas o próprio Ministério de Meio Ambiente  
79 propor isso, é algo que provavelmente vai fazer parte da posição brasileira. E a  
80 posição do próprio MMA é de reduzir 80% do desmatamento brasileiro em 2020.  
81 Vejam também que tem que ter rédeas curtas, do contrário isso não se consolida,  
82 mas essa é a posição. E que o REDD, ou seja, esse o recurso de redução para o  
83 desmatamento seja para compensações em condições específicas. Só para vocês  
84 terem uma idéia, se utilizarmos a redução do desmatamento como compensação -  
85 não sei se vocês também estão entrando nesta discussão - isso significa que  
86 outros países vão utilizar essa redução de desmatamento para compensar uma  
87 emissão. Então, no frígir dos ovos pode ser que não estejamos reduzindo o total  
88 das emissões e se não estiver acontecendo, vamos continuar propiciando o  
89 aquecimento da Terra.

90 Então a posição inicial brasileira era que isso viesse de um fundo, que não  
91 entrasse no bolo das compensações, para garantir que não seja utilizada para  
92 compensar uma coisa que eventualmente não seja uma redução real.

93 Isso para mostrar para vocês que seriam os temas mais candentes que  
94 serão discutidos na COP-15.

95 Queria mostrar para vocês uma apresentação do fórum brasileiro numa  
96 reunião com o Presidente Lula mostrando como eles estão fazendo essa consulta.  
97 Então o Presidente incumbiu o Fórum Brasileiro a fazer essa consulta para saber  
98 o que cada setor pensa, como deveríamos levar a posição para a COPE-15.  
99 Qualquer posição para a COP-15 isso vai reverter para o nosso dia-a-dia. Se o  
100 Brasil decidir por reduzir, vamos supor, 20% das emissões em 2020 isso vai  
101 passar para os estados, os estados vão passar para as empresas, vão passar  
102 para o setor produtivo, público, etc. e tal. Por isso a importância de discutirmos o  
103 que será levado para a COP-15, porque essas são as posições que vão refletir  
104 mais tarde e de certa forma estamos no aguardo.

105 Então, eles organizaram o que se chama de Diálogos Setoriais semelhante  
106 ao que foi organizado para discutir o nosso plano. Eles consultaram os fóruns  
107 estaduais, municipais, o Fórum das ONG's, da Amazônia, consultaram o Conselho  
108 de Desenvolvimento Econômico – isso representa todos os empresários, as várias

109 alianças do setor, seria de floresta plantada, bioenergia, silvicultura, as centrais  
110 dos trabalhadores, entidades de sustentabilidade dos governos locais, ou seja, os  
111 municípios e uma série de representantes do setor empresarial. Foram reuniões  
112 efetivamente feitas, coletadas para consolidar uma posição nacional.

113 Entidades empresariais. Foram consultadas todas essas entidades, todos  
114 esses fóruns foram consultados, sendo que também manifestamos nossa posição.  
115 Todas essas ONG's foram consultadas, não são apenas ONG's, são na realidade  
116 estruturas mais amplas, tipo CUT tem muitas pessoas filiadas, centrais de  
117 trabalhadores também, os governos locais, os representantes de setores de  
118 silvicultura, representantes das empresas - vejam que interessante, as empresas  
119 mostraram para o Governo que acham que o Governo deve ter metas de redução.  
120 Ou seja, trata-se de um grupo de empresários muito progressista que está  
121 querendo dizer para o Governo que não tenha medo de assumir que eles  
122 bancariam. Lógico, uma parte dos empresários não são ainda tão progressistas.  
123 Então o CDBE também foi consultado e o setor elétrico, porque a questão de  
124 energia tem a ver totalmente com a questão das emissões. Então eles foram  
125 consultados também. A questão da Amazônia, por causa do desmatamento e  
126 assim vai.

127 Queria mostrar para vocês os fóruns da região Sul, que são Paraná, Santa  
128 Catarina e Rio Grande do Sul, se reuniram em outubro e discutimos as posições  
129 que seriam interessantes de defendermos e enviamos, dentro desse bolo de  
130 posições, como a posição brasileira.

131 Quero falar rapidamente do nosso fórum. O nosso fórum é diferente de  
132 Conselho, não é deliberativo e tem como objetivo de discutir e articular algumas  
133 ações, como, por exemplo, realizar um inventário e fazer uma proposta de lei.  
134 Quando nasceu o fórum, ele tinha dezesseis membros de certa forma bastante  
135 governamental, podendo dizer chapa branca, mas em 2008 ampliamos para  
136 sessenta e poucas instituições, incluindo desde ONG's, universidades,  
137 representações de classe para termos maior representatividade da sociedade  
138 paranaense. O fórum é estruturado tal qual o IPCC em formato de Câmaras  
139 Temáticas nos principais eixos. Um eixo de mitigação, outro eixo de adaptação e  
140 depois mais três eixos: uma de pesquisa, educação e de política. Nessa de  
141 política que estamos elaborando e discutindo a política estadual de mudanças  
142 climáticas e temos em discussão essas Câmaras Temáticas que faz o inventário e  
143 a política, que ora estamos discutindo com vocês, a questão da conferência que  
144 estamos apoiando em fazer monitoramento de neutralização em particular de

145 inventário de resíduos do Paraná. E agora vamos começar a fazer inventário do  
146 setor industrial com apoio da FIEP e da pesquisa que estamos agora elaborando  
147 um edital de pesquisa específico em mudanças climáticas através da Fundação  
148 Araucária.

149 E como atividades diretrizes temos o inventário, a própria política e depois  
150 um mapeamento de vulnerabilidade. Tendo isso vamos ter abarcado as principais  
151 ações, mas é como diretriz, tem muitas ações que poderiam ser feitas aqui dentro.

152 Uma das questões principais que temos que reforçar dentro do tema de  
153 mudanças climáticas é conscientizar a população e, portanto, aqui tem uma série  
154 de publicações, uma grande parte dela educacional, que também está disponível a  
155 vocês, e o último que produzimos que é o de mudanças climáticas e ações  
156 municipais para que não só em nível de estado, mas que cada município tenha as  
157 suas ações em mudanças climáticas. Essas são as ações que estamos em  
158 processo, que é o inventário, o workshop e essa política, que é o último item que  
159 estamos discutindo com vocês é a ação que está sendo discutida.

160 A Heloisa poderá discutir melhor as etapas, este é o nosso site e tudo o que  
161 fazemos procuramos registrar para que outras pessoas possam participar e aqui,  
162 esta discussão da reunião de hoje, está dentro de uma janela da primeira página  
163 do nosso site. Este é o nosso contato e sempre que precisem pode enviar para  
164 nós e-mail.

165 Vou chamar a Heloísa, que é a Coordenadora da Câmara Temática de  
166 Política, que vai apresentar para vocês um pouco melhor o conteúdo desta  
167 proposta de lei de política estadual.

168 A Sra. Heloísa Bot Borges:- Boa-tarde, Presidente deste Conselho, boa  
169 tarde Conselheiros e Conselheiras, é um prazer falar com todos. Vim numa  
170 missão de pedir ajuda de apoio aos Srs. Conselheiros, o fórum tem um papel de  
171 discussão, de agregação. Vou falar sobre alguns pontos para contextualizar.

172 Meu nome é Heloisa, sou Procuradora do Estado, a Procuradoria Geral do  
173 Estado tem um assento no fórum e sou coordenadora de uma Câmara Temática  
174 que a Manyu comentou, que é a Câmara Temática de Política Paranaense que um  
175 dos objetivos é a construção desta minuta que viemos conversar com vocês.

176 O fórum foi criado em 2005 por um Decreto Estadual. No final do ano  
177 passado se tornou mais forte, porque o fórum está numa lei estadual, a Lei  
178 16.019/2008. Isso é interessante porque dá celeridade ao fórum, dá mais força.  
179 Nós estamos sozinhos, os estados ainda estão em mobilização, os fóruns ainda  
180 estão em criação. Então Santa Catarina é recente, Mato grosso é recente,

181 Pernambuco é recente e alguns são mais antigos. A Manyu explicou a estrutura  
182 do fórum que tem o Presidente, com o nosso Secretário Rasca, a Dra. Manyu é a  
183 Secretária Executiva, existe uma Comissão Executiva que é formada pelas  
184 coordenadoras das Câmaras Temáticas e dos grupos de trabalho. Qual o papel do  
185 Fórum Paranaense? O decreto que criou estabelece vários papéis, mas o que  
186 interessa hoje na discussão desta minuta de política? Colaborar com elaboração  
187 de normas para a instituição de uma política estadual de mudanças climáticas -  
188 isso vem justificar nossa atuação na construção desta PL, o trabalho deve se dar  
189 em articulação com a política nacional de mudanças climáticas e outras políticas  
190 públicas correlatas e a mobilização. Mobilizar e conscientizar a sociedade  
191 paranaense a respeito das mudanças climáticas com a finalidade subsidiária,  
192 elaboração e implementação de políticas públicas relacionadas ao tempo.

193 Quando o fórum foi criado isso estava claro, seja decreto, seja lei, que o  
194 fórum de alguma forma deveria ser palco de discussão e uma forma de levar  
195 proposições ao poder público, seja o Poder Legislativo, seja o Poder Executivo. As  
196 Câmaras Temáticas, pesquisa, mitigação, adaptação, educação ambiental e  
197 comunicação social e a política paranaense de mudanças climáticas.

198 Falar um pouco sobre o processo que se deu sobre a construção do Plano  
199 Nacional e a Política Nacional. Em dezembro de 2008, foi apresentado este  
200 trabalho que estão aqui na frente alguns exemplares. Esta Comissão  
201 Interministerial de Mudanças Climáticas, reúne o Fórum Brasileiro de Mudanças  
202 climáticas e mais, senão me engano, 16 ou 17 ministérios, instituições  
203 governamentais. Então passaram o ano de 2008 fazendo esses diálogos setoriais  
204 e conseguiram entregar esse trabalho que é objeto de muitas críticas, fala-se que  
205 é só uma junção de planos e ações que já foram feitas, que não é inovador, que  
206 não tem meta, mas foi um trabalho bastante discutido, o Fórum Paranaense  
207 participou deste procedimento e os fóruns estaduais também. Ao par da  
208 construção do Plano Nacional também trabalharam na construção do PL da  
209 Política Nacional que atualmente está na Câmara, é o PL 3535/2008, foi  
210 apresentado pelo Poder Executivo em junho deste ano no Dia do Meio Ambiente.  
211 E agora, bem recente, dia 21.10.09, foi aprovada a adoção em regime de  
212 urgência, ainda não é urgente urgentíssima, mas ultrapassa muitas etapas. Então  
213 o que se percebe das discussões do Fórum Nacional e Estaduais é que há uma  
214 intenção de ir para Copenhague com algum produto, mostrar boa vontade. Então,  
215 o que se espera é que eles corram com isso aqui para aprovar a política nacional.

216 Alguns estados já têm suas políticas estaduais em mudanças climáticas.

217 Exemplo é a Amazonas que foi pioneira, é uma lei extensa, tem foco no  
218 desmatamento, teve muita repercussão na mídia porque foi aprovada; Goiás tem  
219 um recente plano; Santa Catarina tivemos notícia num fórum brasileiro que parece  
220 que não foi um processo muito participativo, por isso que estamos aqui para que  
221 nosso processo seja diferente, tenha participação e discussão. E agora, mais  
222 recente, São Paulo, que é o Projeto de Lei 01, aprovado agora em 03 de outubro.  
223 A última alteração que vi no site é que aguarda sanção do governador. Como é  
224 uma iniciativa governamental, espera-se que não tenha vetos, porque partiu do  
225 Fórum Estadual e era de conhecimento do Governo, mas a redação que consta no  
226 site não se pode afirmar que é definitivo. É uma expectativa. Foi um projeto  
227 bastante ambicioso, com muitas metas, muitos planos, é extensa, é uma lei  
228 bastante extensa, setORIZADA, contempla vários setores da economia e serve de  
229 modelo para estudos para qualquer um que queira se aventurar em fazer um  
230 Projeto de Lei na área.

231 Outros estados que estão discutindo: Bahia e Rio de Janeiro, tivemos  
232 notícia que estavam em consulta pública, deve estar ainda. Tem PL de iniciativa  
233 dos próprios legisladores, do Poder Legislativo, como Rio Grande do Sul. Como  
234 está se dando este processo? Tem o PL 3535 na Câmara, o da Político Nacional e  
235 os estados se basearam nele, mesmo porque os estados participaram das  
236 discussões, contribuíram. Então os estados se baseiam neste documento, até  
237 para não se desviar dele, para estar em sintonia, e a partir deste documento  
238 começaram a trabalhar. E estamos seguindo o mesmo caminho, não é uma  
239 questão de “copeômetro”, mas de estar em sintonia e saber de onde partir, porque  
240 é muito difícil começar redigir alguma coisa, a partir de onde?

241 Qual nosso papel aqui hoje? Apresentar para vocês o processo que  
242 pensamos, a Câmara Temática do fórum, que é coletar as contribuições, primeiro  
243 dos próprios integrantes do fórum, isso já está em curso, o Secretário Rasca  
244 mandou um ofício para todas as representações, já recebemos contribuições da  
245 Iapar, Embrapa, Secretaria da Fazenda, Sanepar, Suderhsa, estamos recebendo  
246 as contribuições. Uma etapa que estamos concretizando hoje é trazer o trabalho  
247 para vocês, apresentá-lo; já está marcada, já está confirmado, Manyu, a audiência  
248 dia 18, às 8h30min, na Assembléia Legislativa, uma iniciativa do Fórum com a  
249 Comissão de Meio Ambiente da casa e pretendemos fazer reuniões do Fórum  
250 para discutir. E ao lado disso a minuta está no site do fórum, por que esse  
251 procedimento? Porque é uma minuta ainda bastante singela, é um início da  
252 discussão que tem que ser aberta, pretendemos passar pelas instâncias que

253 congregam vários tipos de representações. Por isso viemos aqui, por ser o palco  
254 ideal para fazer uma discussão e coletar críticas e abrir debates.

255 Temos como documentos-base: Convenção-Quadro das Nações Unidas  
256 sobre Mudança do Clima - 1992; Protocolo de Quioto – 1997; PL Política Nacional;  
257 Leis e PLs de outros estados e, claro, legislação ambiental internacional e  
258 nacional que diz respeito ao tema.

259 Falar um pouquinho da estrutura do PL Nacional para contextualizar. Então  
260 ele pretende nortear os Planos Nacional e Estaduais assim como os outros  
261 planos, projetos, ações. Ele traz um artigo de definições que não é uma área que  
262 todo mundo domina, é uma área difícil. O que é vulnerabilidade? O que é  
263 mitigação? O que é adaptação? Então a lei começa explicando esses conceitos,  
264 para que todos consigam entender o objetivo. Traz alguns objetivos, diretrizes e  
265 instrumentos. Nos instrumentos a política nacional cita um Fundo e não traz a sua  
266 estrutura, não fala da sua composição. Isso foi deixado por uma lei a parte, que é  
267 este PL 3535/2008, que também está em tramite. Não sei se está em regime de  
268 urgência, porque esqueci de olhar. Um dos instrumentos é o PL Nacional. Então,  
269 com base neste Projeto de Lei, os Projetos de Lei dos estados estão seguindo  
270 mais ou menos a mesma estrutura.

271 Passemos para o nosso, então. O nosso segue a mesma estrutura: fixa  
272 princípios, objetivos, diretrizes, traz instrumentos, também traz  
273 conceitos/definições para as pessoas se situarem, um exemplo é a adaptação,  
274 parte para os princípios, tentamos pegar os princípios mais específicos que dizem  
275 respeito ao tema, porque tem muitos princípios genéricos que dizem respeito ao  
276 meio ambiente, que seria um pouco repetitivo.

277 Objetivos. São dois basicamente: “controlar e reduzir progressivamente as  
278 emissões antrópicas por fontes e fortalecer as remoções antrópicas por  
279 sumidouros de gases de efeito estufa no território estadual; definir e implementar  
280 medidas para promover a adaptação à mudança do clima das comunidades locais,  
281 dos municípios, regiões e de setores econômicos e sociais, em particular aqueles  
282 especialmente vulneráveis aos seus efeitos adversos.”

283 Passamos às diretrizes. Vou citar algumas, porque são várias: “incorporar a  
284 variável climática nas políticas do Estado - os gestores públicos já estão com essa  
285 consciência e espera-se que esteja crescente, todas as políticas vão ter que  
286 conversar para encontrar a variável climática. Espera-se chegar o momento que  
287 todas convirja para isso; alinhar instrumentos governamentais no sentido de  
288 incorporar a variável climática; promover educação sobre mudanças climáticas;



289 criar instrumentos econômicos, financeiros e fiscais; promover pesquisa; promover  
290 bens e serviços menos intensivos em carbono; fomentar energia renovável; adotar  
291 ações de mitigação de emissões; adotar medidas de adaptação aos efeitos  
292 adversos; estimular consumo sustentável; realizar comunicação estadual.” Eu já  
293 explico do que se trata.

294 O que se pensou em instrumentos para implantar essa política?  
295 Instrumentos: “a Política Nacional e o Plano Nacional sobre Mudança do Clima;  
296 os Fundos Nacional e Estadual sobre Mudança do Clima; o Plano Estadual sobre  
297 Mudança do Clima; o Fórum Estadual de Mudanças Climáticas; o Registro  
298 Estadual de Estoque, Emissão e Redução; a Comunicação Estadual; o  
299 Monitoramento Climático Estadual; instrumentos econômicos, fiscais e tributários.”  
300 Apenas para exemplificar alguns destes instrumentos.

301 O Plano Estadual é um conjunto de ações e medidas, fundamentado e  
302 orientado na Política Estadual, que objetiva a mitigação da mudança do clima e a  
303 adaptação aos seus efeitos, baseado em quatro eixos: a) mitigação; b)  
304 vulnerabilidade, impacto e adaptação; c) pesquisa e desenvolvimento; e d)  
305 capacitação e divulgação. Alguns estados fizeram o inventário estadual antes da  
306 política, alguns estados fizeram primeiro seu inventário para depois partir para a  
307 política.

308 Comunicação Estadual, ponto importantíssimo: Inventário Estadual de  
309 emissões por fontes de emissão e absorção por sumidouros de gases de efeito  
310 estufa, em conformidade com métodos recomendados pelo Painel Inter-  
311 governamental sobre Mudanças Climáticas. Inventário que vai dar suporte para as  
312 Políticas Públicas. A seguir vem o mapa com avaliação de vulnerabilidades e  
313 necessidades de adaptação aos impactos adversos causados pela mudança do  
314 clima, integrado às ações da Defesa Civil, Corpo de Bombeiros e demais  
315 autoridades competentes; referência a planos de ação específica para o  
316 enfrentamento do problema da mudança do clima, incluindo aspectos de mitigação  
317 e adaptação. O Rio de Janeiro fez o inventário antes de ter a política pública,  
318 agora está discutindo sua política pública. É uma decisão governamental,  
319 circunstancial, mas o inventário tem papel fundamental.

320 Temos que conhecer o Estado do Paraná, saber a sua realidade,  
321 quantificar, ver suas necessidades. Talvez num primeiro momento, não para se  
322 redigir uma política de lei de política estadual, mas o plano é fundamental que  
323 esses dados estejam disponíveis. E trazemos aqui, pedimos a colaboração em  
324 alguns aspectos que vão demandar discussão, porque é só uma proposta inicial

325 esta minuta que trouxemos. Qual o nível de detalhamento da política que a gente  
326 quer? Se ele vai chegar ao nível de detalhamento do PL de São Paulo. Por  
327 exemplo, adoção de metas, é um tema bastante discutido, polêmico, adoção de  
328 prazos, definição dos instrumentos, quais os instrumentos pretendemos colocar  
329 nesta minuta, a criação de um fórum, a criação de um Conselho de Mudanças  
330 Climáticas, criação de um fundo e principalmente as peculiaridades do Estado,  
331 que é um momento de se aproveitar e colocar aquilo que se entende que o Estado  
332 do Paraná tem para contribuir, senão não há sentido de se fazer uma cópia de  
333 uma lei federal e só adaptá-la, precisamos colocar nossa realidade. Neste sentido  
334 há uma preocupação de se aproveitar os estados conferentes, porque afinal as  
335 Conferências Estadual e Nacional teve como tema as mudanças climáticas.

336 Gostaríamos de deixar a palavra aberta e esclarecer que a nossa intenção  
337 de conversar com vocês, sabemos que é difícil abrir para discussão e fazer  
338 anotações no próprio texto do PL neste momento, porque não é uma discussão  
339 que se faz em duas, três horas. Então não sei se a Secretaria encaminhou,  
340 Castella, o projeto de lei aos Conselheiros, viemos pedir a colaboração, aqui está  
341 o meu e-mail, se os conselheiros por algum motivo não tiver este material posso  
342 encaminhar ou a Themis que nos auxilia na Secretaria Executiva, o site também  
343 tem, tenho algum material, a documentação são básicas, se interessar como os  
344 projetos de lei dos outros estados, os que já foram aprovados, os diplomas  
345 internacionais, posso encaminhar. Colocamos como a data de hoje como um dia  
346 para obter as contribuições dos integrantes do fórum. Então, alguns já são  
347 representantes do fórum aqui, provavelmente já estão participando desse  
348 processo. Gostaríamos também de fazer o apelo que nos próximos dias, fiquem à  
349 vontade para contato, para críticas e sugestões. Pedimos que sejam por meio de  
350 e-mail por ser mais prático que se tenha adotado. Amanhã, se os senhores  
351 tiverem interesse, faremos uma pequena reunião na sala da coordenadoria, para  
352 começar a agregar as primeiras sugestões. E já deixamos o convite para o dia 18  
353 audiência pública na Assembléia, vamos repassar depois para o Castella passar  
354 para o e-mail de todo mundo, quando tiver efetivamente formalizado o material.

355 Era isso, não vejo muito sentido em passarmos a minuta por e-mail porque  
356 é extensa e gera bastante discussão, mas já convido os conselheiros para  
357 participar de uma reunião nossa do fórum, isso terá que ser feito, detalhar a lei  
358 artigo por artigo, pegar as contribuições. Agradeço a atenção de todos.

359 A Sra. Manyu Chang:- Queria saber se alguém quer fazer algum comentário  
360 com relação a apresentação. O prazo para as contribuições poderia ser até o dia

361 da audiência pública, dia 18 de novembro. Alguém tem alguma dúvida com  
362 relação a lei?

363       Querida fazer um pequeno comentário. A lei que foi aprovada em São Paulo,  
364 no dia 15 de outubro, agora, portanto, assumiram 20% de redução até 2020. Foi  
365 bastante ousado, coisa que nem um estado e nem um país em desenvolvimento  
366 chegou a fazer. Mas o que São Paulo está querendo é justamente puxar para que  
367 se um país em desenvolvimento está aceitando uma meta desta magnitude,  
368 espera-se que os países desenvolvidos tenham uma meta bem maior para efeito  
369 dessa urgência do controle das emissões. Era isso.

370       O Sr. Rasca Rodrigues:- Obrigado, Manyu e Heloísa. Todos receberam,  
371 está anexa à pauta esta proposta. E abrimos a possibilidade de receber sugestões  
372 de cada setor que tenha alguma contribuição a dar neste processo. Hoje é uma  
373 questão que está sendo discutida em diversos setores, portanto, tem acúmulo de  
374 soluções já em andamento em diversos setores. E vamos fazer a nossa bem pé  
375 no chão, até porque o Paraná não tem calendário eleitoral presidencial para  
376 colocar uma meta inexecutável, mas colocar como um desejo. Sabemos pela  
377 complexidade que está estabelecido nessas metas que isso não venha ocorrer e  
378 tenha, portanto, uma repercussão positiva num ano pré-eleitoral, no caso de São  
379 Paulo, de um candidato que já é conhecido como um dos principais do PSDB a  
380 Presidente da República.

381       Então acho difícil assumir uma meta de 20%, um país em desenvolvimento,  
382 acho que é jogar para a torcida, mas se isso vier a ocorrer muito bem, melhor,  
383 mas que possamos trabalhar na nossa muito pé no chão, colocar metas possíveis  
384 e factíveis de serem alcançadas.

385       Dizer que a França foi o primeiro país, há questão de vinte e poucos dias  
386 atrás, a taxar um imposto a dezessete euros a tonelada do CO<sup>2</sup> gerado. Uma  
387 medida contra dois terços da população da França que não queria. O Sarkozy  
388 assumiu essa responsabilidade e baixou este imposto em cima do CO<sup>2</sup>. E dizendo  
389 que estamos vivendo uma situação planetária muito difícil, colocando em risco as  
390 futuras gerações e, portanto, temos que fazer agora, não adiar este processo e  
391 colocar em risco o processo civilizatório.

392       Há duas semanas, pela primeira vez a ONU anuncia com vários modelos  
393 implementados no mundo, porque existem vários modelos matemáticos, físicos,  
394 existe uma série de modelos que fazem essa aferição. No painel do clima a  
395 mesma coisa. Então, tem modelos que dá um cenário em 2100 com 38°, tem  
396 modelos que dá com 5°, 7°, 3°. Tem uma infinidade de modelos. E nesse modelo

397 que foi colocado sobre a sustentabilidade do Planeta, sobre aquilo que o Planeta  
398 tem de energia, que o Planeta tem de produção, na área de produção de alimento,  
399 tudo aquilo que seria necessário para manter o que está aí, portanto, numa  
400 perspectiva, num crescimento diferente do que está aí, pela primeira vez entramos  
401 na capacidade de suporte que a Terra não pode sustentar. Isso também foi  
402 anunciado há questão de duas semanas pelo mundo inteiro, entramos no cheque  
403 especial da natureza e entrar é fácil, o difícil vai ser sair.

404 Portanto, é extremamente positiva discutirmos essa proposta, que está  
405 anexa à pauta de cada um, mandar as contribuições para o Conselho Estadual do  
406 Meio Ambiente que vai repassar tanto para a Manyu quanto para a Heloísa, para  
407 que possamos internalizar essas propostas e, se necessário, debater futuramente  
408 dentro da reunião do próprio Conselho. Tem que ser bem-feito, trazer a academia  
409 cada vez mais neste processo. Estivemos na PUC fazendo uma grande  
410 discussão, há questão de duas semanas sobre isso, foi um dia inteiro em  
411 discussão, um processo bem democrático, transparente e queremos que o nosso  
412 fórum tenha efetividade e contribuição para a política ambiental do Estado. Então,  
413 fica o convite a todos que têm interesse em alterar a proposta da Resolução,  
414 complementar, aperfeiçoar será bem-vindo.

415 Alguma inscrição a respeito deste assunto?

416 A Sra. Laura Jesus de Moura e Costa (CEDEA e SINDSEAB):- Como a  
417 própria Manyu colocou ali, existem várias instâncias de consulta em nível nacional.  
418 Eu participo da comissão de Meio ambiente da CTB em nível e as centrais  
419 sindicais fizeram uma reunião e tiraram um documento. Não sei se já é de  
420 conhecimento de vocês este documento, trouxe uma cópia e posso deixar  
421 disponibilizado ao Conselho e está disponível na página central. Este documento  
422 vai ser levado para Copenhague, ainda tem uma reunião para redação final, mas  
423 vai ser levado para lá e tenho outro documento também que é o documento das  
424 entidades sindicais do CONE-SUL - Coordenação das Centrais Sindicais do Cone  
425 Sul, que também já sentaram, já discutiram, então os trabalhadores e a sociedade  
426 civil está empenhada em levar alguma contribuição.

427 Em relação a meta colocada de redução até 2020 do que tinha de carbono  
428 em 2005, esta é uma meta da Campanha Internacional TIC TAC, inclusive na  
429 Conferência de Saúde Ambiental em Faxinal do Céu, todos que estiveram lá  
430 fizeram uma manifestação, um empenho, e acho que a sociedade paranaense  
431 está empenhada sim em contribuir para redução do aquecimento global. O  
432 problema é que precisa ir para a prática, claro que depende de políticas públicas

433 também, mas é preciso ações concretas para vermos resultados concretos.

434 Então deixo essas duas cópias aqui, e quem quiser é só falar comigo  
435 mando por e-mail. E vou passar, se o Secretário me permitir, para o colega Beto  
436 que é da Assessoria do Deputado Péricles e é colaborador do CEDEA também,  
437 porque tem uma contribuição no texto, não sei se já está sendo discutido o texto, o  
438 Beto pode explicar um pouquinho as contribuições do texto.

439 O Sr. Rasca Rodrigues:- Rapidamente.

440 O Sr. Beto:- Estou representando, além do gabinete do Deputado Péricles,  
441 a Cláritas que é um movimento da igreja. Na verdade passamos esta proposta  
442 para uma série de pessoas que poderiam estar contribuindo, estar discutindo e  
443 infelizmente alguns poucos mandaram de volta e estamos fazendo chegar até  
444 você.

445 Queria fazer uma pergunta: por que não criar um capítulo sobre incentivo  
446 fiscal? Alguns outros estados adotaram isso. Achamos que é importante adotar,  
447 tanto no caso do Paraná temos dois grandes impostos que podem ser  
448 trabalhados, incentivo fiscal. Alguns outros estados adotaram isso, achamos que é  
449 importante adotar, tanto na questão do Paraná, temos dois grandes impostos que  
450 podem ser trabalhados, tanto a questão do ICMS quanto a do IPVA. Quando os  
451 carros poluem obviamente é um projeto de longo prazo, mas a lei tem que  
452 contemplar exatamente esses pontos e aí podemos partir para uma discussão  
453 sobre isso, talvez no momento do fórum, enfim, mas gostaria de aproveitar para  
454 colocar este pensamento, que deve haver sim o incentivo fiscal a estas mudanças  
455 e não só como também devemos tentar abrir junto ao BRDE, ao BNDS, a agência  
456 de fomentos, créditos disponíveis para apoiar projetos, talvez algumas indústrias  
457 pensar em Química Verde, em algumas coisas que são importantes para atingir o  
458 nosso objetivo nacional e mundial. É isso.

459 O Sr. Rasca Rodrigues:- Mais alguém? Não tendo, em votação a Resolução  
460 071/2009 - Cema.

461 O Sr. Rafael Gustavo Cavichiolo (Gari):- Peço vista dos autos.

462 O Sr. Rasca Rodrigues:- Concedemos vista ao processo, inclusive com o  
463 encaminhamento de todo o histórico desta discussão, cópia inclusive das atas que  
464 demonstra esta discussão dentro da Câmara Técnica e enviaremos para o Rafael  
465 da Gari.

466 O Sr. Rafael Gustavo Cavichiolo (Gari):- Uma questão de Ordem?  
467 (Assentimento). Gostaria de pedir para a Dra. Ana Cláudia, se possível for, o  
468 encaminhamento do parecer da PGE no que se refere à Câmara de Controle de

469 Qualidade Ambiental que ficou pendente.

470 O Sr. Rasca Rodrigues:- Dra. Ana Cláudia.

471 A Sra. Ana Cláudia Graff (PGE):- Boa tarde a todos. Eu não encaminhei  
472 nem os processos nem o parecer, porque ainda não recebi a manifestação do IAP  
473 quanto a posição técnica e jurídica deles em relação a cada um daqueles  
474 processos, e até acho que não seria o caso de incluir isso numa pauta que tenha  
475 outros assuntos. Então acho interessante que seja designada uma reunião para  
476 discutir a Resolução e os processos, porque os assuntos são no mínimo  
477 correlatos. E será entregue, com certeza, cópia para todo mundo.

478 O Sr. Rasca Rodrigues:- Consulto o IAP a respeito desta pendência.

479 A Sra. Ana Cecilia (IAP):- Boa tarde. O parecer da Câmara Técnica já foi  
480 elaborado e encaminhado para a área jurídica e também já se posicionou. O  
481 processo deve estar retornando para a PGE. É uma questão de dias, só de  
482 encaminhamento mesmo. Estávamos aguardando justamente a posição da PGE  
483 com relação ao todo, porque fizemos uma resposta global. A Ana tem  
484 conhecimento porque temos conversado sobre isso, ela sabe que a nossa  
485 informação será de uma forma geral, de uma maneira global com relação a todos  
486 os processos. Se for necessário, se o Conselho achar que é importante, podemos  
487 fazer a instrução de cada um dos processos e trazer numa reunião específica.

488 O Sr. Rasca Rodrigues:- Primeiro dizer que a discussão desta Resolução,  
489 talvez todas as Resoluções da Secretaria neste período foi a Resolução que mais  
490 debatida foi. Fizemos um grande workshop na FIEP para tratar desta questão e  
491 esteve presente parte das pessoas que estão aqui. Diversas reuniões técnicas,  
492 diversas propostas e no final tinham divergências em diversas questões e no fim  
493 acabaram sendo consensadas e sendo produzidas da forma como foi produzida e  
494 em razão de ter sido por consenso assinei em 'ad referendum' do Conselho, até  
495 para confiar que o debate aconteceu e nas pessoas que foram envolvidas neste  
496 processo. Então a solicitação do pedido de vista pelo Rafael, não há problema,  
497 vamos encaminhar e gostaria que fizesse esta cobrança para que chegue todas  
498 essas solicitações que você acabou fazendo aqui a tempo de discutirmos ainda  
499 este ano esta questão.

500 O Sr. Rafael Gustavo Cavichiolo (Gari):- Senti que existe uma pendência de  
501 encaminhamento de documentação e procedimento para a Secretaria. Então,  
502 assim que estejam todas essas documentações reunidas, gostaria de ser  
503 informado para que eu venha pessoalmente fazer carga e a partir deste momento  
504 comece fluir. Gostaria de deixar esta questão de ordem bem clara, para que não

505 esvaia o prazo legal sem que fique previamente consignado.

506 O Sr. Rasca Rodrigues:- Ok. Está bem encaminhado? Castella, está  
507 encaminhado?

508 O Sr. Paulo Roberto Castella (Secretário Executivo):- Está.

509 O Sr. Rasca Rodrigues:- Mais alguém sobre este assunto? Não. Então  
510 vencemos este item de pauta, com o pedido de vista do Rafael da Gari. Item  
511 quatro são informes, gostaria, de forma muito rápida, que a Bethânia passasse o  
512 informe da Conferência de Saúde Ambiental.

513 A Sra. Bethânia C. Herrmann (Faculdade Evangélica do Paraná):- Fui como  
514 representante do Conselho Estadual do Meio Ambiente na Conferência Estadual  
515 de Saúde Ambiental, foram nos dias 23, 24 e 25 em Faxinal do Céu onde os  
516 trabalhos foram bem conduzidos, tivemos dez grupos de trabalhos de onde saíram  
517 seis diretrizes com duas ações em cada diretriz para a Conferência Nacional que  
518 se dará de 09 a 12 de dezembro em Brasília. É isso.

519 O Sr. Rasca Rodrigues:- Então, para democratizar a informação, é a  
520 primeira vez que se faz uma Conferência Estadual e Nacional sobre Saúde  
521 Ambiental, para que haja uma grande sobreposição nas ações que cada um deve  
522 fazer em relação às políticas ambientais e há uma interdependência nessas  
523 decisões também em elevado grau, nos animais com vetores, com doenças, nos  
524 animais como soluções de doenças, nos animais como pesquisadores de grandes  
525 doenças. Nos animais como agentes de saúde pública dentro deste processo.  
526 Então a discussão se deu muito nesta sobreposição das duas coisas, na terapia,  
527 nas diversas presenças que temos intuitivamente no dia-a-dia e que não  
528 valorizamos e que esta discussão portanto não deve vir sempre de buscar a saúde  
529 pública nossa sem que analise a saúde pública dos animais como um todo. E nós  
530 dentro desse todo como um dos animais. Acho que é bem-vinda uma discussão  
531 como essa, que coloca um foco bem forte em relação o quanto hoje dependemos  
532 de todas as formas de vida para continuar tendo vida.

533 Então, a discussão foi muito interessante, o debate muito oportuno e tenho  
534 certeza que um dia teremos só uma, só esta. Então, foi muito importante esta  
535 discussão e deu para perceber que há necessidade, portanto, de se persistir nesta  
536 linha que ela converge bastante. Para os ambientalistas para trazer mais parceiros  
537 nesta luta, dentro de um convencimento interno, de que é importante não ter na  
538 cultura da vida a cultura da morte. Então, é pulverização do mosquitinho, coitado,  
539 que quer ver o mosquitinho crescer e nascer, encontra na cidade um lugarzinho  
540 bem melhor do que dentro da floresta, do abate das pombas e pensar a saúde

541 pública com a cultura da morte. E com a saúde a mesma coisa, ter dentro desse  
542 processo o Movimento Ambientalista para construir soluções mais adequadas e  
543 que não, portanto, fique uma acusação de um lado e de outro que a defesa é de  
544 um é o prejuízo do outro, ou vice-versa.

545 Então, a Bethânia estava comigo lá na abertura, acho que o Paraná fez  
546 nove conferências regionais, participei de duas dessas, de Curitiba e de Londrina,  
547 e percebemos que tem coisas muito interessantes neste debate.

548 A Sra. Bethânia C. Herrmann (Faculdade Evangélica do Paraná):- A  
549 Conferência estava muito bem representada e fiquei muito satisfeita porque a  
550 discussão entre Saúde e Meio Ambiente, levando a questão fundamental como o  
551 Secretário já colocou, foi muito bem entendida pelos grupos e levantando a  
552 questão de educação. Então, a maioria das diretrizes contemplavam não só o  
553 Meio Ambiente e a Saúde, mas também práticas de educação para que se  
554 concretizem essas ações e essas diretrizes que foram lançadas nesta Conferência  
555 que serão levadas para Brasília.

556 O Sr. Rasca Rodrigues:- Débora.

557 A Sra. Débora:- Boa tarde a todos. A Secretaria de Estado de Meio  
558 Ambiente encerrou mês passado a etapa à distância do Programa Nacional de  
559 Capacitação de Gestores Municipais sobre a política nacional de meio ambiente e  
560 o programa que lancei, dei conta ao Conselho aqui em abril deste ano, foi um  
561 sucesso. Todas as etapas que realizamos em Faxinal do Céu, realizamos quatro  
562 etapas com aproximadamente mil e oitocentos gestores municipais participando  
563 de cinco dias cada mês, íamos fazer cinco encontros, mas por conta da gripe  
564 tivemos um problema e acabou juntamos duas etapas. Agora, estamos numa fase  
565 já de organização dos Sistemas Municipais de Meio Ambiente, sempre nesta  
566 perspectiva de construção, de fortalecimento do SISLAMA aqui também no Estado  
567 do Paraná – Sistema Nacional de Meio ambiente, e estamos agora na parte da  
568 etapa à distância da Política Nacional de Meio Ambiente e que está sendo  
569 realizada através da Tevé Paulo Freire para todos os municípios, com uma tele-  
570 sala para os municípios do Estado do Paraná.

571 Então, o programa já foi lançado na semana passada para todo o Estado do  
572 Paraná e esta semana estamos com uma segunda etapa à distância. O Programa  
573 Nacional de Capacitação de Gestores, essa formação de gestores municipais  
574 sobre as políticas públicas de meio ambiente, o que a gente quer, a vontade dessa  
575 coordenação toda é que faça parte uma política estadual de formação de gestores  
576 municipais. Vários companheiros estiveram presentes o Rafael, a Kátia, o



577 Castella, o próprio Secretário. É isso, se alguém tiver alguma pergunta, temos um  
578 blog que está funcionando sobre o PNMC, a Rosana também. É isso. Obrigada,  
579 Presidente

580 O Sr. Rasca Rodrigues:- Ok. Agenda 21, Walter.

581 O Sr. Walter Horst Poniewas (SEIM):- Boa tarde. Gostaria de convidar  
582 todos para participação do Seminário Internacional de Experiência da Agenda 21,  
583 “Os desafios do nosso tempo”, que estará acontecendo nos dias 26, 27, 28 e 29  
584 de novembro na cidade de Ponta Grossa nas dependências da Universidade  
585 Estadual de Ponta Grossa.

586 Temos uma programação bastante interessante, principalmente por este  
587 momento da discussão da Saúde Planetária, dos pavores dos efeitos, e  
588 gostaríamos de lembrar que não existem soluções se não houver alteração dos  
589 padrões de produção de consumo. Então, não adianta discutir efeito se não  
590 houver ações para as causas. E estamos com um temário bastante interessante  
591 na gestão de recursos hídricos, na parte de saneamento, nas energias  
592 alternativas, na Agenda 21 das instituições de ensino superior, e entendo que  
593 seria bastante interessante a participação de todos que puderem de forma a  
594 enriquecer o evento em si e que possamos realmente gerar um quadro de  
595 consistência em nível de entendimento crítico. Era essa a notícia. Obrigado.

596 O Sr. Rasca Rodrigues:- Informes.

597 A Sra. Débora:- Estão abertas as inscrições para o VI Congresso Brasileiro  
598 Agroecologia e é o Congresso Latino-Americano de Agroecologia, tem o site, é  
599 entrar e fazer a inscrição. É um congresso bastante grande, com uma temática  
600 bastante diversa, muito importante. Então acho que seria legal se todo mundo  
601 entrasse, conhecesse a programação, conhecesse as pessoas, os palestrantes  
602 que estão vindo a Curitiba, que vai acontecer agora do dia 09 a 13 de novembro,  
603 paralelo a isso vão ter várias oficinas, vários debates, vários seminários. Então  
604 está muito rico este seminário, é bastante grande, estamos convidando.

605 O Sr. Rasca Rodrigues:- Tribuna Livre? Assuntos Gerais? Sim.

606 A Sra. Laelia Tonhozi (S.O.S Bicho):- Boa tarde. O Movimento S.O.S. Bicho  
607 na reunião do dia 15 de setembro solicitou a criação de uma Câmara Técnica para  
608 trabalhar com a questão das espécies invasoras. Recebi esta semana um ofício  
609 do Sr. Secretário informando a impossibilidade de criar esta Câmara Técnica em  
610 função da existência do Confauna, que seria o órgão consultivo e normativo,  
611 vinculado ao Sisfauna que estaria tratando desta questão.

612 Manifestamos o nosso inconformismo com relação a isso, gostaríamos de

613 lembrar que justamente por ser o Confauna um órgão consultivo e normativo e o  
614 órgão deliberativo seria o Conselho Estadual que ao menos as decisões que  
615 sejam tomadas no âmbito do Confauna sejam trazidas ao Conselho Estadual para  
616 que possamos opinar e decidir a respeito dos assuntos que tratam das espécies  
617 invasoras. Obrigada.

618 O Sr. Rasca Rodrigues:- Quero pedir à Secretaria Executiva que faça uma  
619 consulta jurídica a respeito dessa demanda e se tiver viabilidade fazer com que as  
620 decisões passe pelo Conselho, se não tiver ninguém com posição contrária a esta  
621 solicitação, encaminhando no sentido favorável, porque acho que o Conselho  
622 Estadual do Meio Ambiente é a instância maior de decisão em relação a essas  
623 questões. Mande fazer uma análise em relação a isso. Conselheiro Gava.

624 O Sr. Roberto Gava (FIEP):- Presidente, senhoras e senhores, boa tarde.  
625 Gostaria de um pouco mais de esclarecimento sobre esse assunto, tendo em vista  
626 que já existe uma Portaria relativamente recente do IAP tratando de espécies  
627 exóticas tanto da fauna como da flora. Não estou conseguindo entender o  
628 propósito da proposta da ONG.

629 O Sr. Rasca Rodrigues:- Pode esclarecer?

630 A Sra. Laelia Tonhozi (S.O.S Bicho):- Sim. Esta Câmara Temática foi  
631 solicitada numa questão de pontualidade por questões que têm sido trazidas e  
632 estão batendo às nossas portas relacionadas tanto a pombos, são espécies  
633 exóticas, quanto à questão dos javalis em parques, sobretudo no Parque de Vila  
634 Velha. Foi com essa pontualidade, neste momento, que nós solicitamos, acho que  
635 há duas reuniões anteriores, a criação desta Câmara Temática para que  
636 pudéssemos discutir no âmbito do Conselho Estadual, que é deliberativo esta  
637 questão. Recebemos esta semana esta resposta. Manifestamos  
638 inconformadamente com relação a isso, no entanto, talvez possamos aceitar que o  
639 Confauna faça minutas de Resolução, mas que passem pelo Conselho Estadual  
640 no momento que se transformem em algumas normas que venham ser colocadas  
641 que não deve ser passadas, porque as entidades de proteção animal e as  
642 entidades animalistas não têm participação no Confauna, então é aqui que  
643 estamos representados. É neste sentido que gostaríamos de estar participando  
644 aqui e deliberando aqui sobre os destinos das espécies exóticas invasoras. É isso.  
645 Esclarecido?

646 O Sr. Roberto Gava (FIEP):- Muito obrigado.

647 O Sr. Rasca Rodrigues:- Recebi uma demanda da Conferência Estadual de  
648 Saúde Ambiental no sentido que essa deliberação do Confauna para o abate de

649 javali, criou na região em Ponta Grossa, recentemente, porque a caça de animal  
650 silvestre também passa a ser uma coisa natural e que há, segundo os  
651 representantes que recebi lá, que há um sentimento no seio dos caçadores  
652 contumazes no sentido que está tudo liberado. Pode-se matar javali, pode matar  
653 isso, matar aquilo e que há um aumento na caça. Solicitei à Polícia Ambiental que  
654 fizesse um levantamento na região de Ponta Grossa sobre notícias de abate e  
655 multa de abate de animais para ver se tem alguma relação. Acho que é como  
656 segurança pública, então se acontece um fato cria um sentimento todo na  
657 sociedade de insegurança de um fato localizado, como é a questão do javali.  
658 Então, se há autorização para abate de javali, captura e abate do javali com  
659 qualquer tipo de instrumento, acho que há possibilidade de ter essa sensação  
660 mesmo junto àqueles que gostam desse esporte para mostrar o quanto é forte, o  
661 quanto é corajoso, o quanto é superior à sua espécie em relação as demais, já  
662 que se vangloria de fazer um ato tão covarde quanto esse para com um animal tão  
663 indefeso.

664 Então isso já solicitei, tem um protocolo aberto em relação a isso com a  
665 Polícia Ambiental para fazer este levantamento lá. Se isso estiver ocorrendo,  
666 obviamente, vamos repensar esta discussão a respeito do javali. No Parque Vila  
667 Velha tem ocasionado diversos problemas de sustentabilidade daquele espaço. E  
668 se tivesse que matar alguém, já está morto, seria o Moisés Lupion, porque ele  
669 quando governador ganhou duas fêmeas e um macho, colocou lá no Canguiri.  
670 Depois lá começou a aumentar, não tinha mais como segurar, levou para a sua  
671 fazenda em Palmeira e de Palmeira, como não teve como controlar, sumiu e  
672 sumiu. Então, acabou agora, depois de décadas, ocasionando este problema  
673 nesta região como um todo. E acho que temos condições de colocar mais  
674 sabedoria do que simplesmente a cultura da morte neste processo, mas foi uma  
675 decisão do Confauna e não tivemos condições de interferir nisso. Por deliberação  
676 do Conselho vamos tratar deste assunto.

677 Queremos registrar aqui que teremos dos dias 16 a 19 de novembro, em  
678 virtude da gripe a data também foi alterada, que era para ter sido nos dias 24 e 25  
679 de agosto, no Teatro Municipal de Antonina, o IV Seminário Nacional sobre  
680 Dragagem com licença ambiental, licitações e a Resolução Conama 344,  
681 organizadores são a Demandan de Antonina e a Unibem, com vários  
682 patrocinadores. É um seminário que vale a pena comparecer, é um seminário que  
683 foi muito bem trabalhado, muito bem feito, com uma programação extensa, mas  
684 muito interessante para aqueles que estão frente à atividade portuária.

685 Mais alguém? João Batista, na Tribuna Livre.

686 O Sr. João Batista:- Sr. Secretário, Srs. Conselheiros, venho trazer uma  
687 questão porque acho que é importante esta discussão em termos de Conselho  
688 Estadual de Meio Ambiente.

689 Ontem tivemos, o Castella esteve presente e mais algumas pessoas aqui,  
690 na entrega de um documento que tratava da questão de pagamento de serviços  
691 ambientais para áreas bem conservadas no Estado do Paraná. E foi fruto de uma  
692 ampla discussão do grupo que foi formado institucionalmente com participação de  
693 diversas instituições e se chegou a proposição final de uma minuta, de um projeto  
694 de lei, não sabe qual o instrumento normativo, provavelmente seja uma lei, para  
695 tratar deste assunto de pagamento de serviços ambientais.

696 O que sentimos sobre este tema é que existem diversas idéias, diversas  
697 proposições, diversas propostas, minutas, leis, decretos, etc., versando sobre este  
698 assunto, com amplas discussões, são diversos pontos de bastante especificidade  
699 que vai desde o tema da água, a proteção da floresta até a questão de áreas de  
700 conversão do uso do solo, digamos assim, de uma área com problemas de uso  
701 para restauração, enfim, processos e situações que incentivaria, estimularia  
702 pessoas que tenham afinidade ambientalmente ou que forneça serviços para a  
703 sociedade de uma forma geral e recebesse certo estímulo e compensação. No  
704 caso algumas proposições envolvem isenções, outros pagamentos mesmo  
705 efetivos de recursos.

706 Como são várias propostas estão muito segmentadas e setorizadas e por  
707 componentes e isso traz muitas vezes divergências e até mesmo conflito entre as  
708 diversas proposições. Então, o que estou querendo colocar aqui, Secretário e  
709 Conselheiros, é uma proposição de que esta discussão de uma lei, mas de caráter  
710 geral, genérica e específica fosse trabalhada e discutida aqui dentro do Conselho  
711 para estabelecer uma linha fundamental, uma linha de caráter geral e a  
712 especificidade da água, da floresta dos animais fossem tratadas via normatizações  
713 ou decretos.

714 Então, é esta a proposição que trago aqui para que seja formada uma  
715 Câmara Temática, uma Câmara Técnica, não sei direito, para que se desenvolva  
716 esta possibilidade de discussão no processo aqui dentro do Conselho Estadual de  
717 Meio Ambiente. Entrego aqui a proposição.

718 O Sr. Rasca Rodrigues:- Da minha parte acho oportuna esta discussão,  
719 isso já está sendo feito no Congresso Nacional, é possível daqui mais um mês ou  
720 um mês e pouco vir alguma coisa mais concreta neste sentido. Acho que até o

721 final do ano três coisas se definirão no Congresso: a Regulamentação do Artigo  
722 23, isso deve acontecer até o final do ano, a discussão do código florestal ou  
723 parcialmente a questão da reserva legal e o pagamento dos serviços ambientais.

724 O Ministro Minc já declarou, em diversas oportunidades, o quanto é  
725 favorável em relação a esta proposta. E dizer também que a Sanepar já está  
726 fazendo isso na bacia de captação, pagando os agricultores pela preservação das  
727 minas, dos contratos novos com a Sanepar 1% dos valores estipulados em  
728 contrato é para investimento em projetos ambientais. Há uma obrigatoriedade de a  
729 própria Sanepar fazer estes investimentos nos municípios. E solicito ao Castella  
730 que pegue no CREA um vídeo sobre produtor de água da cidade de Nova Iorque e  
731 colocasse no site da Sema, na parte de recursos hídricos, para que as pessoas  
732 possam assistir. É um vídeo muito rápido.

733 No caso de Nova Iorque havia necessidade de instalar duas estações de  
734 tratamento de esgoto ao custo do tamanho da cidade, de cem milhões de dólares.  
735 Resolveu-se tudo isso investindo, não na indústria do tratamento, na origem, na  
736 causa do problema e o custo foi de dez milhões de dólares, colocando inclusive a  
737 perspectiva do proprietário da área num possível avanço da cidade em xis anos ou  
738 em xis décadas, que pudesse vir ali ocupar aquilo de forma urbana. E foi  
739 remunerado isso nesta perspectiva. Portanto, é um processo extremamente  
740 interessante que vale a pena conhecer e o custo dez vezes menor. Então, a gente  
741 sair da indústria do tratamento para a indústria da conservação que é muito mais  
742 barato, como foi demonstrado lá.

743 Mais alguém? Não. Assuntos gerais.

744 A Sra. Laura Jesus de Moura e Costa (CEDEA e SIND/SEAB):- Só lembrar  
745 que amanhã é Dia do Servidor Público do Paraná e as entidades sindicais dos  
746 servidores estão organizando uma manifestação a partir das 8h, em frente ao  
747 Palácio das Araucárias, até às 13h, e a principal reivindicação são as provações  
748 de apoio de execução, do quadro próprio do Poder Executivo, que está fazendo  
749 um ano agora e até agora não foram implantadas. Há também a questão dos  
750 desenquadrados e concursos públicos para o Sistema Estadual de Meio  
751 Ambiente. Essas são as três principais reivindicações e convidamos todos que  
752 queiram passar por lá e dar um apoio, uma força para a luta dos servidores  
753 públicos. E o governo está organizando uma palestra à tarde no Canal da Música.  
754 É isso. Obrigada.

755 O Sr. Rasca Rodrigues:- O Conselheiro Gava para encerrar.

756 O Sr. Roberto Gava (FIEP):- Recebi uma notícia do Secretário Executivo,

757 não estive na última reunião, sobre a prestação de contas do Fundo Estadual de  
758 Meio Ambiente em que estágio está.

759 O Sr. Paulo Roberto Castella (Secretário Executivo):- O Allan, Diretor Geral  
760 da Secretaria, pediu até o final de novembro início de dezembro, para que termine  
761 de fazer o ajuntamento da prestação de contas, desde o ano de 2000 a 2009.  
762 Então vocês teriam um retrato não só de 2009, mas durante os nove anos de  
763 funcionamento do Fundo. Por isso que ele pede um tempo um pouco maior para  
764 que possa trazer como foi o gasto, os grandes elementos de despesas e como foi  
765 aplicados no sistema. Obrigado.

766 O Sr. Rasca Rodrigues:- Outro informe. Não nesta terça-feira que vem, mas  
767 na outra, teremos, por parte da Petrobras, a apresentação de um cheque para o  
768 Governo do Estado do Paraná, portanto, para o Instituto Ambiental do Paraná na  
769 ordem de um pouco mais de cinqüenta milhões de reais, que é o valor referente à  
770 medida compensatória da instalação das obras da Repar. E nós abrimos aqui a  
771 possibilidade de aceitar sugestões de projetos para execução desse recurso e ele  
772 se dará na Bacia do Alto Iguaçu. Essa é uma determinação do Governador, boa  
773 parte disso vai para a unidade de conservação, vamos fazer uma unidade de  
774 conservação, já tem um projeto de comprar, também dentro deste processo, um  
775 campus para a Universidade Federal do Paraná que acabou pela construção da  
776 Barragem do Iraí perdendo a sua Fazenda de Ciências Agrárias. E no momento  
777 em que isso aconteceu doamos uma área em Castro, mas que, em razão da  
778 distância, da dificuldade desse acesso, tem dificultado bastante os cursos da área  
779 de Ciências Agrárias. Também já temos uma proposição em relação a isso. Está  
780 aberto a sugestões, propostas para que construamos um plano de aplicação para  
781 esses recursos.

782 O Sr. Rafael Gustavo Cavichiolo (Gari):- Nesta mesma ordem, Sr.  
783 Secretário, acho pertinente começarmos a pensar num plano de aplicação dos  
784 recursos do Fundo, para que comecemos ter uma transparência e possamos  
785 participar deste processo de decisão, porque acredito que tenha a importância  
786 fundamental o plenário do Conselho também participar, não renegando em  
787 segundo plano a sua questão como Secretário Estadual nem do Diretor Presidente  
788 do IAP, mas trazer isso um pouco mais aberto para a sociedade para que possa  
789 ter conhecimento e deliberar a respeito.

790 O Sr. Rasca Rodrigues:- Hoje são atendidos os preceitos da legislação. O  
791 Fundo Estadual de Meio Ambiente tem um Conselho, um Conselho Gestor que  
792 reúne, determina, o governador dá anuência no processo de decisões de cada

793 plano de aplicação, o que é estipulado, são tiradas diversas demandas, os  
794 recursos são carimbados dentro dessa demanda e são gastos dentro dessas  
795 demandas. Então, é assim que hoje tem funcionado. Podemos até rediscutir a  
796 forma com que isso está sendo feito em relação a esta legislação, acho que  
797 também pode ter uma abertura de discussão em relação a isso, mas hoje é  
798 cumprido este rito. Isso vamos demonstrar na apresentação deste levantamento  
799 desde a criação do fundo.

800 O Sr. Rafael Gustavo Cavichiolo (Gari):- Sr. Secretário, entendo, respeito,  
801 acho pertinente esse comentário e se houver algum óbice, alguma coisa, me  
802 coloco à disposição para que eventualmente traçar alguma via resolução para  
803 regulamentarmos este assunto, porque acho que vai trazer todo mundo para  
804 dentro do debate e vamos crescer com isso, vamos construir conjuntamente.

805 O Sr. Beto:- Fazer um convite, 5ª feira, às 14h, na Câmara Municipal de  
806 Ponta Grossa, audiência pública promovida pela Comissão de Meio Ambiente  
807 sobre o aterro da região metropolitana de Ponta Grossa. Todos estão convidados  
808 a estarem conosco, inclusive foi encaminhado ofício ao Secretário.

809 O Sr. Rasca Rodrigues:- Hoje à noite também tem o debate sobre o aterro  
810 da Caximba na Universidade Tuiuti, quem tiver oportunidade para se fazer  
811 presente. E também no dia 30 de novembro vamos fazer a última reunião ordinária  
812 do Conselho e também a data comemorativa aos 25 anos. Esta reunião será  
813 festiva após a reunião. Será no Lactec e contamos com a presença de todos.  
814 Obrigado.